



SEÇÃO: ARTIGOS

Internacionalização da educação superior: um estado de conhecimento sobre o programa Ciência sem Fronteiras

Internationalization of higher education: a state of knowledge about the Ciência sem Fronteiras program

Paula Salete Zago¹

0000-0003-1514-2389

pauladzago@gmail.com

Zoraia Aguiar

Bittencourt¹

0000-0002-1290-8847

zoraiabittencourt@gmail.com

Recebido em: 31/01/2020.

Aprovado em: 15/09/2021.

Publicado em: 23/11/2022.

Resumo: O presente artigo apresenta um breve panorama sobre a internacionalização da educação superior no Brasil, especificamente quanto à mobilidade acadêmica proporcionada pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Para tal, traz, inicialmente, uma revisão de literatura sobre o processo histórico, os principais conceitos e debates que envolvem a temática em questão. O estudo apresenta, ainda, uma pesquisa de estado de conhecimento de modo a identificar perspectivas e enfoques de teses e dissertações publicadas nos programas de pós-graduação do país sobre o CsF. Nessas publicações, o foco foi identificar dificuldades e potencialidades em experiências de mobilidade acadêmica internacional via CsF. Nesse aspecto, foi possível constatar que as principais dificuldades encontradas pelos estudantes brasileiros durante a mobilidade estiveram direcionadas para a proficiência linguística, dificuldades de adaptação, o retorno ao Brasil, preconceito/discriminação, conteúdo curricular, convalidação das disciplinas cursadas na instituição receptora, atrasos nas bolsas, falta de comunicação com as instituições gestoras do programa, e falta de aulas expositivas. Já as potencialidades resumiram-se ao desenvolvimento pessoal, à ampliação de uma visão crítica, ao aperfeiçoamento linguístico, ao enriquecimento do currículo, às redes de contato/*network*, e às trocas de experiências e conhecimentos. Ao mesmo tempo, esses estudos apontam que, em meados de 2016/2017, houve significativos retrocessos nos investimentos dessa política de internacionalização da educação superior, os quais estão associados ao enxugamento de contas e a não continuidade dos investimentos em educação.

Palavras-chave: internacionalização da Educação; mobilidade acadêmica; Programa Ciência sem Fronteiras.

Abstract: This article presents a brief overview of the internationalization of higher education in Brazil, specifically regarding the academic mobility provided by the Ciência sem Fronteiras (CsF). To this end, a literature review on the historical process, the main concepts and debates that involve the subject in question is presented initially. The study also presents a state of knowledge survey in order to identify perspectives and approaches of theses and dissertations published in the country's graduate programs on CsF. In these publications, the focus was on identifying difficulties and potentialities in international academic mobility experiences via CsF. In this regard, it was found that the main difficulties encountered by Brazilian students during mobility were directed to language proficiency, adaptation difficulties, return to Brazil, prejudice/discrimination, curriculum content, validation of the courses taken at the receiving institution, delays in scholarships, lack of communication with the institutions managing the program, lack of lectures. The potentials were limited to personal development, the expansion of a critical view, the linguistic improvement, the enrichment of the curriculum, the contact networks, the exchange of experiences and knowledge. At the same time, these studies point out that, in mid-2016/2017, there were significant setbacks in the investments of this higher education internationalization policy, which are associated with cost-cutting and non-continuity of investments in education.

Keywords: internationalization of Education; academic Mobility; Science without Borders Program.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Erechim, RS, Brasil.

Introdução

Em um mundo cada vez mais globalizado e frente aos desafios sociais da atualidade, a internacionalização da educação superior, em geral, e a mobilidade de acadêmicos, em particular, têm sido decisivas para o futuro das Instituições de Educação Superior (IES), uma vez que elas se constituem como um mecanismo para a "promoção do desenvolvimento dos países nas áreas científica, tecnológica e social" (WOICOLESCO, 2019, p. 31).

Nesse sentido, os programas de mobilidade acadêmica são uma das principais opções de "cooperação acadêmica internacional que vêm sendo implementadas mundialmente para efetivação e fortalecimento do processo de internacionalização do ensino superior" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 218). Desta forma, a mobilidade internacional de estudantes tem sido assumida ao longo dos anos como de grande importância pelas economias.

No caso do Brasil, destaca-se o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011 pelo Decreto n.º 7.642, de 13 de dezembro de 2011, do governo federal, que teve como propósito a promoção, a expansão e o fomento à ciência, à tecnologia, e à competitividade por meio de intercâmbio de estudantes (RAMOS, 2018). Esse programa de mobilidade acadêmica será o foco de análise do estudo aqui apresentado.

Nessa direção, o presente artigo estará estruturado em três seções, as quais buscam dialogar sobre assuntos específicos. A primeira seção, intitulada Breve resgate histórico da internacionalização da educação superior, tem como ponto de partida a revisão de literatura a respeito do contexto histórico e conceitos referentes à internacionalização da educação.

A segunda seção, A mobilidade acadêmica como principal modalidade de internacionalização da educação superior, apresenta reflexões e discussões sobre o sentido da experiência de mobilidade acadêmica. Além disso, no decorrer do texto, também é apresentada uma abordagem teórica e histórica a respeito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado como ferramenta

para a promoção e o fomento à mobilidade acadêmica internacional.

Por fim, a última seção, denominada O estado de conhecimento sobre o Programa Ciência sem Fronteiras: potencialidades e desafios, apresenta uma análise sobre as principais publicações disponibilizadas pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), as quais tinham como objeto de estudo o Programa Ciência sem Fronteiras.

1 Breve resgate histórico da internacionalização da educação superior

Vivemos em sociedades globalizadas e a força exercida por esta globalização pode ser vista em diferentes campos, seja no econômico, no político, no cultural e, ainda, no campo educacional. Atualmente, uma das "grandes riquezas das sociedades está associada ao seu capital de conhecimento, que gera novas descobertas, novas invenções e saltos tecnológicos cada vez mais acelerados e profundos" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 218). É nesse cenário que o movimento de internacionalização da educação superior ganha intensidade, quando as universidades tornam-se verdadeiros "campi globais, não apenas pela diversidade humana ali representada, mas por desenvolverem uma mentalidade intercultural como parte de sua forma de ser no mundo" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 218).

Nesse sentido, a internacionalização pode ser compreendida como "um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos quesitos e desafios de uma sociedade globalizada" (BRASIL, 2017, p. 6), sendo considerada, assim, o estágio mais elevado das "relações internacionais entre as universidades" (BRASIL, 2017, p. 6).

Bartell (2003 apud MOROSINI, 2006, p. 115) conceitua a internacionalização como "trocas internacionais relacionadas à educação e à Globalização como uma avançada fase no processo

que envolve a internacionalização". Assim, para o autor, há diversas formas de realizar a internacionalização, como:

[...] a presença de estrangeiros e estudantes-convênios num determinado campus; número e magnitude de concessões de pesquisa internacional; projetos de pesquisa internacionais cooperativados; associações internacionais envolvendo consultoria para universidades estrangeiras e outras instituições; setores de universidades privadas com metas internacionais; cooperação internacional e colaboração entre escolas, conselhos e faculdades na universidade; e o grau de imersão internacional no currículo, entre outros (BARTELL, 2003 apud MOROSINI, 2006, p. 115).

Outros autores identificam a internacionalização como "um processo na universidade como um todo" (MOROSINI, 2006, p. 116). Assim, as estratégias a serem efetivadas para atingir tal devem envolver:

[...] cursos para executivos de negócios; aumento de contatos com estudantes internacionais e professores, exportação de MBA; estabelecimento, via Internet, de campi em outros países, ou oferecimento de contratos de capacitação para executivos de negócios ou oficiais do governo; atração de estudantes internacionais, formando colaborações de pesquisa, provendo cursos de treinamento em outros países ou, ainda, realizando marketing de educação à distância (GREEN; BAER, 2001 apud MOROSINI, 2006, p. 116).

Em relação à origem da internacionalização da educação superior, é possível verificar que, a partir das décadas de 1970 e 1980, com o processo de globalização, a mesma ganhou destaque no panorama mundial, sendo visíveis tomadas de iniciativas e estratégias para o seu provimento. No entanto, cabe ressaltar que, até certo ponto, não podemos considerar esse fenômeno como contemporâneo, isto porque "a literatura especializada assegura que a natureza universal do conhecimento, combinada à tradição de cooperação acadêmica, no desenvolvimento de atividades de ensino, produção e difusão do saber" já aconteciam no período da Antiguidade, sendo que esses fatores contribuíram então para "imprimir caráter intrinsecamente internacional às universidades e às instituições de educação que as precederam" (MINOGUE, 1981; RIDDER-SYMO-

ENS, 1996; 2002 apud LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 3). Até o século XII, as universidades mantinham o latim para as exposições dos conteúdos e ainda sustentavam os graus acadêmicos similares, assim, essa dinâmica permitia aos estudantes iniciar o curso em determinada instituição e terminá-lo em outra de grande prestígio, sem qualquer prejuízo ou danos em seus estudos (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 3).

Desta forma, verifica-se que a internacionalização da educação superior é um fenômeno mais ascendente do que a própria universidade, visto que "as primeiras universidades surgiram em Paris e em Bolonha devido ao influxo de estudantes dos quatro cantos da Europa" (RIDDER-SYMOENS, 1996, p. 280-281 apud LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 3). No caso do Brasil, esse fenômeno teve início, em certa medida, a partir das reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970, quando se buscou

significar a quebra de fronteiras entre disciplinas, a criação de universidades com todas suas áreas articuladas, a introdução da interdisciplinaridade [...] estimular o desenvolvimento da extensão para reforçar os vínculos com a sociedade, entre outros (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 51).

Assim, é possível dividir o fenômeno já mencionado em quatro períodos no Brasil, sendo "determinados por motivações que se transformam no tempo devido à infraestrutura, aos atores e aos interesses envolvidos em cada período" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 222).

O primeiro período, denominado inaugural (entre 1930 e 1950), é marcado pela vinda de professores oriundos da Europa para as universidades brasileiras. Nesse período, os "programas de cooperação internacional tinham ênfase na acolhida de professores de universidades estrangeiras a fim de consolidar o projeto acadêmico das instituições brasileiras emergentes" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 222). Já no segundo período, o reformista (entre 1960 e 1970), os programas tinham como propósito a presença de consultores americanos e a concessão de bolsas de mestrado e doutorado no exterior, com o intuito de promover a formação desses profissionais para "atender ao

projeto de modernização das instituições públicas e ao projeto desenvolvimentista formulado para o Brasil" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 222). O terceiro período, o da consolidação (entre os anos 1980 e 1990), tem a ênfase nos aspectos acadêmicos e mercadológicos, à medida que "a internacionalização busca a expansão e a consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu no país, assim como o incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas e o diferencial competitivo de algumas instituições e cursos" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 222). E, por fim, o quarto período, de diversificação (do ano 2000 em diante), reflete o amadurecimento da internacionalização gestada e financiada pelas instâncias governamentais e é também quando a internacionalização introduzida na iniciativa privada deu seus primeiros passos (LIMA; CONTEL, 2011 apud OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 222).

Nos tempos atuais, a internacionalização da educação superior pode ser dividida em ativa e/ou passiva. Enquanto a internacionalização ativa se constitui na "capacidade de determinado sistema de educação atrair estudantes, professores e pesquisadores, além de comercializar serviços educacionais"; a internacionalização passiva, em contrapartida, consiste na capacidade de "exportar estudantes e acolher programas e instituições internacionais" (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 6).

Como mencionado anteriormente, a internacionalização pode assumir variados significados e "modos de operacionalização nos diferentes sistemas de ensino superior mundo afora, na medida em que eles enfrentam diferentes desafios", participam de diferentes contextos sociais, políticos e econômicos e ainda dispõem de diferentes "capacidades institucionais e sistemas administrativos" (RAMOS, 2018, p. 5).

Assim, a mobilidade internacional de estudantes é a "estratégia de internacionalização mais disseminada entre as IES no mundo, que têm aplicado cada vez mais recursos financeiros em programas de estudos no exterior e recrutamento de estudantes internacionais" (RAMOS, 2018, p. 5). Nesse sentido, a seção a seguir pretende discutir especificamente sobre a mobilidade acadêmica,

visto que ela é entendida como a principal iniciativa de internacionalização da ciência brasileira.

2 A mobilidade acadêmica como principal modalidade de internacionalização da educação superior

A mobilidade acadêmica é entendida como a principal forma de "internacionalização da ciência brasileira" (RAMOS, 2018, p. 11), por propiciar movimentos que ampliam os conhecimentos e favorecem a "atualização e incorporação de saberes", estimulando também a "produtividade, a troca de ideias, as parcerias científicas" e a "abertura de novas perspectivas de aproximação científica do estrangeiro" (LOMBAS, 2017, p. 310).

Nesse sentido, a mesma tem sido buscada cada vez mais por inúmeros estudantes, na medida em que, como já mencionado anteriormente, constitui-se de extrema importância e pode trazer variados benefícios para os mesmos. A própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reconhece tais benefícios quando infere que esse processo permite a preparação de estudantes para serem profissionais

com visões globalizadas; igualmente é importante pelos conhecimentos que o estudante, professor ou pesquisador aporta mediante seu retorno à instituição, ao seu grupo de pesquisa e laboratório, capaz de impactar muitos outros que não tiveram a oportunidade de sair do país (BRASIL, 2017, p. 31).

Ainda, para Bittencourt (2019), o processo de mobilidade acadêmica não se resume apenas ao deslocamento de pessoas, sendo que seu conceito é muito mais amplo, pois é

[...] uma interação social que envolve culturas, meios estruturas e significados. Receber uma bolsa de estudos para viver uma experiência acadêmica no exterior é uma das maiores oportunidades que um estudante-pesquisador pode ter na sua trajetória acadêmica. Além de poder conviver com pessoas de outros países, estabelecer diálogos próximos com renomados pesquisadores e estudiosos da sua área de pesquisa [...]. Conhecer um país diferente, um povo diferente, uma culinária diferente [...] são experiências que alargam horizontes, que possibilitam conhecer o mundo para além do

mundo até então conhecido [...] (BITTENCOURT, 2019, p. 176).

No entanto, cabe ressaltar que, apesar de todas as possibilidades e potencialidades já mencionadas, a experiência de mobilidade acadêmica pode trazer também aos estudantes desafios e situações por vezes inesperadas, na medida em que eles passam por um processo de adaptação "com relação a fatores acadêmicos, socioculturais e psicológicos" (LAUERMANN, 2012 apud OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 220).

Diante de tais desafios e possibilidades que envolvem a experiência de mobilidade acadêmica, Vitória *et al.* (2018) apresentam algumas estratégias que buscam motivar e envolver os estudantes nas respectivas instituições receptoras, a fim de ambos (instituições e estudantes) obterem sucesso neste processo de intercâmbio. Dentre essas estratégias, podemos citar atividades que façam sentido e que priorizem o protagonismo e a interação entre pares; a motivação de estudantes por meio de inovações didático-pedagógicas; a oferta de infraestrutura adequada que possibilite aos estudantes a criação de espaços e situações de aprendizagem, entre outras.

Nessa perspectiva, podemos considerar que, quando prevalecem critérios de natureza acadêmica, os centros com maior prestígio são os mais procurados pelos estudantes, ou seja, aquelas instituições situadas na América do Norte e Europa Ocidental. No entanto, quando prevalecem os fatores econômicos, observa-se a expressiva mobilidade de estudantes em direção a países em que a educação permanece predominantemente pública (França, Alemanha, Cuba, entre outros), ou ainda, para aqueles que oferecem uma boa "infraestrutura de acolhimento" e permitem o estudante trabalhar por algumas horas semanalmente: "Reino Unido e Austrália são exemplos disso" (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 5).

Em relação aos aspectos administrativos, esses podem facilitar ou dificultar o deslocamento e

permanência dos estudantes no país de acolhimento. No caso dos obstáculos encontrados pelos estudantes, podemos destacar a dificuldade de obtenção de visto ou de equivalência de diplomas. Isto porque certos países "reconhecem a mobilidade de estudantes (particularmente aqueles oriundos de países periféricos) como uma espécie de trabalhadores imigrados disfarçados" (CHARLE *et al.*, 2004, p. 967 apud LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 5). Desta forma, praticamente todos os países passam a exigir a "compra de seguro de saúde, passagem aérea (ida/volta), endereço no país de acolhimento, comprovação de renda, além da capacidade de o acadêmico se manter no país durante o período de estudo" (LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 5).

Retomando, tem-se ainda os aspectos de caráter sociocultural, os quais "são explorados pelos países que adotam agressiva política de captação de estudantes internacionais", sendo que o Estado, as universidades, as câmaras de comércio, as indústrias de conteúdo, entre outros, buscam por meio de esforços conjuntos que "a qualidade de vida, a beleza natural, as atividades culturais e turísticas sejam atrativas para estudantes solvíveis" (CHARLE *et al.*, 2004, p. 968 apud LIMA; MARANHÃO, 2008, p. 6).

Os programas de mobilidade acadêmica são uma das principais opções de "cooperação acadêmica internacional que vêm sendo implementadas mundialmente para efetivação e fortalecimento do processo de internacionalização do ensino superior" (OLIVEIRA; FREITAS, 2016, p. 218). Assim, a mobilidade internacional de estudantes tem sido assumida ao longo dos anos como de grande importância pelas economias.

Pode-se verificar, já na década de 1980, esse reconhecimento acerca da modalidade estudantil com a implementação/criação de programas na União Europeia, como é o caso do Sócrates² e o Erasmus.³

No caso do Brasil, destaca-se o Programa Ciên-

² "[...] adotado em 14 de Março de 1995 para o período que decorre até ao fim de 1999 [...] prevê uma série de acções a serem desenvolvidas no âmbito da educação, em regime de cooperação, pelos Estados-Membros". (PINHO, 1997, p. 6).

³ "[...] Programa de mobilidade internacional de maior sucesso e amplitude na atualidade. Criado em 1987 [...]. O significado do nome/sigla vem a ser European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (Esquema de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade dos Estudantes Universitários). Em 1995, [...] o Programa Erasmus foi incorporado ao Programa Sócrates" (LUNA; SEHNE,

cia sem Fronteiras, lançado em 2011 pelo governo federal, como ferramenta para a promoção e o fomento à mobilidade acadêmica internacional, representando "um marco na visibilidade internacional da educação brasileira e no movimento de internacionalização da educação superior" (OLIVEIRA, 2015, p. 5). Além do mais, a oportunidade de experiência de estudo e pesquisa no exterior poderá também fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo, da competitividade e da inovação no país. Assim, o programa visa criar oportunidades "de cooperação entre grupos de pesquisa no Brasil e no exterior, bem como incentiva a formação de estudantes brasileiros e a ampliação da cooperação científica entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros" (AVEIRO, 2014, p. 3).

Nessa perspectiva, ao fomentar o desenvolvimento da inovação e tecnologia no Brasil, o Programa Ciência sem Fronteira tem como foco os seguintes objetivos:

- a) Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- b) Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- c) Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- d) Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- e) Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil (BRASIL, [2019]).

Cabe ressaltar, ainda, que o programa não busca somente criar oportunidades de cooperação entre grupos de pesquisa no exterior, mas também possibilita, em uma de suas modalidades, a vinda de pesquisadores estrangeiros para o país como visitante, o que contribui para a internacionalização das universidades e dos centros de pesquisa brasileiros, bem como para "a maior visibilidade dessas instituições no exterior, estimulando o aumento da competitividade das

empresas brasileiras e o crescimento da pesquisa aplicada, do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação no país" (AVEIRO, 2014, p. 3).

Além disso, o Programa Ciência sem Fronteiras é gerenciado e avaliado por dois comitês, sendo eles: o "Comitê de Acompanhamento e Assessoramento do Programa e o Comitê Executivo do Programa". Fazem parte destes comitês a "Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a CAPES, o CNPq, representantes do setor privados, o Ministério das Relações Exterior, bem como outros ministérios" (AVEIRO, 2014, p. 7).

Em relação às modalidades de bolsas ofertadas pelo programa estão: "graduação 'sanduíche', doutorado 'sanduíche', doutorado pleno, pós-doutorado, estágio 'sênior', treinamento de especialistas de empresas no exterior e, mais recentemente, o mestrado profissional" (AVEIRO, 2014, p. 4).

Apesar de todas essas modalidades, opta-se, neste texto, por discorrer mais diretamente em relação às experiências de mobilidade acadêmica na graduação sanduíche, a qual possui duração de seis a 12 meses, "divididos entre o período de estudos em tempo integral e os meses de estágio para pesquisa e/ou inovação tecnológica" (BRASIL, 2015, p. 4). Assim, a bolsa somente poderá estender-se até 18 meses, quando incluir curso de idioma. Importante destacar que "o prazo de curso de idioma é apresentado no Edital de Chamada, e varia de acordo com cada País e Convênios firmados com as universidades no exterior" (BRASIL, 2015, p. 4).

Cabe ressaltar, ainda, que a graduação sanduíche pode ser compreendida como uma modalidade de bolsa que tem o

[...] objetivo de oferecer oportunidade de estudo a discentes brasileiros em universidades de excelência, bem como permitir a atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas, possibilitando o acesso de estudantes brasileiros a instituições de elevado padrão de qualidade, visando complementar sua formação técnico-científica em áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento do Brasil (BRASIL, 2015, p. 4).

Ainda, durante o período da graduação sanduíche, o bolsista pode beneficiar-se dos auxílios componentes da bolsa da modalidade, sendo: "a) Auxílio Deslocamento; b) Auxílio Instalação; c) Auxílio Material Didático; d) Auxílio Seguro Saúde; e) Mensalidades; f) Taxas Escolares, de acordo com as especificidades de cada modalidade; g) Adicional Localidade, quando for o caso" (BRASIL, 2015, p. 15). Cabe informar que os auxílios são concedidos exclusivamente para o bolsista e "independem de sua condição familiar e salarial, ou seja, não serão concedidos auxílios para dependentes" (BRASIL, 2015, p. 15).

No entanto, para concorrer a uma bolsa de graduação sanduíche, o estudante/candidato necessita estar ciente de alguns requisitos obrigatórios, os quais devem ser cumpridos, sendo eles:

- I) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II) Estar regularmente matriculado em instituição de ensino superior no Brasil em cursos relacionados às áreas prioritárias do Programa Ciência sem Fronteiras;
- III) Ter sido classificado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com no mínimo 600 pontos considerando os testes aplicados a partir de 2009;
- IV) Possuir bom desempenho acadêmico;
- V) Ter concluído, no mínimo, 20% e, no máximo, 90% do currículo previsto para o curso de graduação, variando de acordo com o Edital (BRASIL, 2015, p. 5).

Obedecidos esses requisitos, pode-se verificar que as regiões que mais recebem estudantes em processo de mobilidade são aquelas que apresentam maior grau de desenvolvimento e melhor inserção no mundo do trabalho. Isto significa que "os países mais desenvolvidos assumem a hegemonia na recepção de estudantes e, por isso, auferem mais vantagens educacionais, culturais e econômicas do que aqueles em fase de desenvolvimento" (CASTRO; CABRAL NETO, 2012, p. 71).

No caso do Brasil, é possível considerar que esse é o país da América Latina que mais envia estudantes para a mobilidade acadêmica internacional, ou seja, a internacionalização, na maioria das IES brasileiras, concentra-se em ações de internacionalização passiva (envio de docentes,

8discentes e pesquisadores para o exterior), tendência fortalecida pelo Ciência Sem Fronteiras. Assim, "as instituições resistem em fomentar a Internacionalização Ativa (recepção de professores, alunos e pesquisadores estrangeiros), dificultando a institucionalização da Internacionalização" (OLIVEIRA, 2015, p. 14).

Ainda, alguns especialistas criticam a falta de monitoramento do intercâmbio e apontam falhas na qualidade da experiência, em especial na graduação. Há, também, questionamentos em relação à baixa participação das universidades no processo de seleção dos candidatos. Outro aspecto criticado é a qualidade "duvidosa da experiência dos alunos, bem como a falta de cobrança de resultados ou de contrapartidas do governo", visto que o programa "não exige um plano de estudo que vincule o aluno a um projeto de pesquisa, com orientações das instituições de origem e de destino" (OLIVEIRA, 2015, p. 23).

O governo federal destinou recursos no orçamento de duas agências especificadamente para atender o programa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, desde o segundo semestre de 2011, a Capes e o CNPq ampliaram consideravelmente a concessão de bolsas, "expandindo as ações tradicionais das duas agências e negociando novas parcerias com agências congêneres e centros de excelência no exterior" (AVEIRO, 2014, p. 6).

No entanto, em 2014, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) encerrou com o último edital, motivado pelas altas dívidas. Já em meados de 2016/2017, com a crise econômica e o enxugamento de contas, o Ministério da Educação (MEC) anunciou cortes em bolsas destinadas a estudantes da graduação, os quais eram os principais beneficiários do programa. A necessidade de aperfeiçoamento do programa foi a justificativa do governo federal para a sua finalização (MARTINS, 2017).

Nesta perspectiva, nota-se que, apesar dos avanços e do fortalecimento das políticas públicas no Brasil, estudos apontam uma "falta

de articulação institucional das universidades brasileiras com a internacionalização" (OLIVEIRA, 2015, p. 9). Ainda que haja quantidade e qualidade na pesquisa acadêmica produzida no país, percebe-se, porém, que ela é "voltada mais para os interesses da academia brasileira do que para a divulgação do conhecimento em escala global, não existindo uma estratégia de aproximar as universidades do modelo de world-classuniversity"⁴ (ALPERIN, 2013 apud OLIVEIRA, 2015, p. 9).

Mesmo diante de todas essas dificuldades, também há possibilidades no Ciência Sem Fronteiras. Verifica-se que é um programa que oportuniza experiências no exterior aos estudantes, possibilita a construção de redes de cooperação entre Brasil e demais países, contribui para o desenvolvimento estratégico nacional, mas que ainda necessita de ajustes. Em busca de conhecer os desafios e as potencialidades de intercâmbios estudantis via Ciência Sem Fronteiras, realizou-se uma pesquisa de estado de conhecimento. O objetivo dessa pesquisa foi o de buscar/conhecer o que dizem as publicações acadêmicas quando tratam dessa política nacional, bem como ter acesso às conclusões e aos encaminhamentos feitos por tais autores.

3 O estado de conhecimento sobre o Programa Ciência sem Fronteiras: potencialidades e desafios

Os dados presentes nesta seção foram produzidos a partir da utilização dos princípios de estado de conhecimento definidos por Morosini e Fernandes (2014, p. 155) como a identificação, o registro e a categorização que levam à "reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica".

Nesta perspectiva, a metodologia de estado de conhecimento é uma potente ferramenta por possibilitar uma visão ampla e atual dos movimentos atuais acerca do objeto de investigação, e, sobretudo, proporciona um maior entendimento

acerca do "nível de interesse acadêmico", na medida em que direciona "com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados ou criação de novos ângulos para o tema de estudo" (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158).

No entanto, cabe ressaltar que a construção do estado de conhecimento não serve apenas para "um mapeamento das ideias já existentes" (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 158), mas também para a investigação de outras perspectivas "acerca da temática escolhida" (FERNANDES; D'ÁVILA, 2015-2016, p. 185), ou ainda, para uma avaliação em relação ao grau de relevância e pertinência acerca do tema selecionado (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

A partir de Morosini (2015), destaca-se, aqui, alguns princípios que orientam a realização de pesquisas de estado de conhecimento, tais como: a) contribui para o avanço do conhecimento e a inserção na área de conhecimento, uma vez que o campo científico é desvelado; b) norteia a construção do objeto de pesquisa a partir da delimitação de seus limites e potencialidades; c) relaciona o campo com o espaço tempo político governamental; d) reconhece a historicidade da produção no campo científico; e) possibilita a quebra de pré-conceitos e certezas. Nessa perspectiva, a construção do estado de conhecimento "fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo" (MOROSINI, 2015, p. 158).

A esse respeito, Müller (2015) afirma que, a partir do estado de conhecimento, existe a possibilidade de ter uma visão geral do que foi ou vem sendo produzido sobre determinada temática. Da mesma forma, ela afirma que é possível ordenar o progresso das pesquisas e dos temas emergentes e priorizados em cada período, bem como verificar as suas características e foco. Além disso, possibilita identificar as contribuições e

⁴ "World-classuniversity consiste na reunião de uma série de características que tornam a universidade uma instituição global" (ALPERIN, 2013, p. 160 apud OLIVEIRA, 2015, p. 9).

avanços encontrados pelos autores, divulgar e promover maior visibilidade às produções já existentes. Igualmente, Morosini (2015) apresenta que, a partir da leitura, é possível rever os apoios teóricos que fundamentam a temática escolhida e busca-se identificar o que já foi produzido em matéria de pesquisa naquele campo de estudos.

Nessa direção, para a realização do presente estado de conhecimento, fez-se necessário, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica

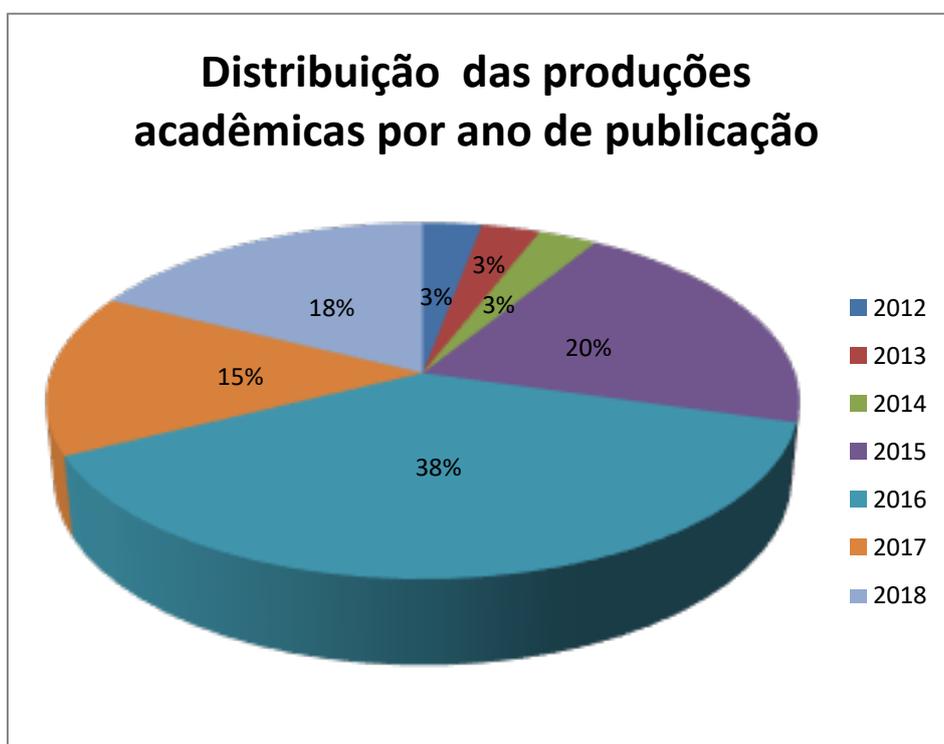
utilizando-se a abordagem descritiva e tendo como fonte os dados de teses e dissertações disponibilizados pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) (BARANZELI; MOROSINI, 2017, p. 1686).

Em seguida, foram estabelecidos alguns critérios para a seleção e a leitura do material que irão compor "o corpus da pesquisa" (FERNANDES; D'ÁVILA, 2015-2016, p. 184, grifo do autor). Nesse sentido, as buscas foram direcionadas para textos

publicados entre os anos de 2011 e 2018 que abordavam como objeto de estudo o Programa Ciência sem Fronteiras. Desta forma, foram mapeadas e encontradas 34 produções acadêmicas. Em um segundo momento, foi iniciada, então, a leitura dos resumos, para que, posteriormente, fossem organizados, em um quadro de categorização, os elementos essenciais das pesquisas, de modo a facilitar e colaborar para o entendimento acerca dos mesmos.

A partir desta segunda fase, já foi possível encontrar certas características que delimitam o tema Programa Ciência sem Fronteiras. A primeira delas é que se percebeu, no recorte temporal escolhido para esta pesquisa, isto é, de 2011 a 2018, que a maioria das produções acadêmicas foi publicada no ano de 2016, em um total de 13 artigos, seguido do ano de 2015, com sete artigos, e 2018, com seis artigos. Os dados são melhor apresentados no Gráfico 1.

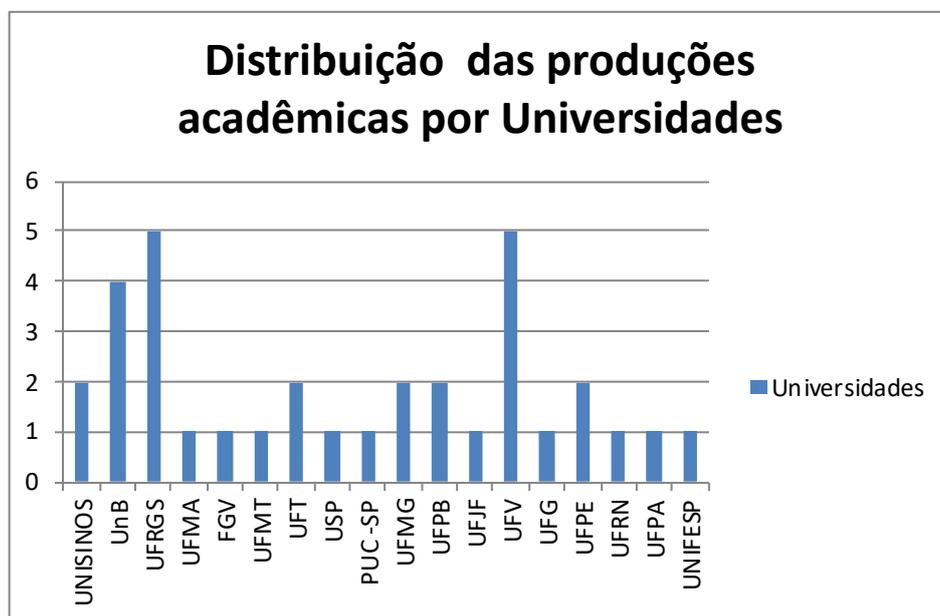
Gráfico 1 – Distribuição das produções acadêmicas por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Ao mesmo tempo, foi possível constatar também a hegemonia das produções acadêmicas em universidades federais, sendo predominantes a

Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição das produções acadêmicas por Universidades

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Outra informação importante coletada a partir da leitura na íntegra das 34 produções mapeadas diz respeito ao tipo de metodologia escolhida para a coleta de dados pelos pesquisadores. Desta forma, evidenciam-se a pesquisa qualitativa

e a pesquisa bibliográfica. No entanto, cabe ressaltar que nenhuma pesquisa se valeu somente de um tipo de metodologia, mas sim de duas ou até três metodologias distintas (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição das metodologias adotadas nas produções acadêmicas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Ainda, tomando como base os resumos das 34 produções, foi perceptível que as mesmas tinham

como principais objetivos avaliar o Programa Ciência sem Fronteiras, política pública em Ci-

ência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) de maior destaque do Brasil, bem como dialogar sobre as possíveis potencialidades e contribuições da internacionalização, via mobilidade acadêmica, para a formação de estudantes.

Nesse sentido, as pesquisas reiteram a contribuição do Programa Ciência sem Fronteiras,

uma vez que, por meio da mobilidade acadêmica, os intercambistas desenvolvem habilidades e conhecimentos, tanto no aspecto profissional, acadêmico e pessoal. Assim, para um melhor entendimento, o Quadro 1 representa o resumo das principais contribuições do CsF apresentadas por essas teses e dissertações.

QUADRO 1 – Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras

Formação acadêmica em instituições de excelência
Aperfeiçoamento de conhecimentos técnico-científicos
Envolvimento com a ciência
Motivação para a pesquisa
Enriquecimento cultural
Desenvolvimento pessoal: como aumento da motivação, da maturidade e da responsabilidade
Fluência em língua estrangeira: contribuição advinda com a experiência
Aprimoramento do senso crítico
Contato com laboratórios e tecnologias
Troca de experiências entre professores e coordenadores de outras instituições
Oportunidade de estágio em empresas renomadas
Maior visibilidade da instituição de origem
Expansão da Internacionalização
Assinatura de novos convênios com as instituições estrangeiras
Oportunidades de empregabilidade
Enriquecimento curricular
Realização de uma viagem internacional
Possibilidade de Redes de contatos (network)
Enriquecimento do currículo
Crescimento pessoal
Conhecimento de métodos de ensino diferenciados
Redes de contatos (network)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Ao mesmo tempo, as publicações também realçam possíveis recomendações para o Programa Ciência sem Fronteiras, contribuindo para a melhoria da execução dessa política pública

que tem desempenhado um papel significativo na formação dos estudantes brasileiros. Tais sugestões estão listadas no Quadro 2.

QUADRO 2 – Contribuições do Programa Ciência sem Fronteiras

Melhoria no monitoramento do desempenho do aluno na Instituição de Ensino Superior receptora
Melhoria na seleção dos candidatos
Realização de ações para a preparação do estudante
Aperfeiçoamento do processo seletivo
Melhorias na supervisão do aluno no intercâmbio
Maior aproveitamento das disciplinas cursadas no exterior

Realizar avaliações qualitativas e quantitativas do programa
Definir orçamento específico para o programa, de modo a garantir sua continuidade
Melhora na comunicação entre CAPES/ CNPq/órgão parceiro no exterior e bolsistas
Redução da burocracia
Aprimorar os critérios de acompanhamento do estudante

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

As publicações analisadas também apresentavam algumas conclusões diante dos estudos realizados acerca do Programa Ciência sem Fronteiras. Dentre elas, destaca-se que o processo de internacionalização da educação superior foi percebido como um fator fundamental para o desenvolvimento do país.

Com relação ao Programa Ciência sem Fronteiras, esse representou, ainda, um marco importante para a educação superior, uma vez que elevou o crescimento da capacidade científica nacional, repercutindo, assim, positivamente na aceleração e na expansão do processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Ao mesmo tempo, como já exemplificado nesta seção, o programa desempenha um papel significativo na formação dos estudantes brasileiros.

Por fim, cabe ressaltar que, apesar de serem citadas mais contribuições do que limitações do Programa Ciência sem Fronteiras, as publicações analisadas também apresentam algumas fragilidades/falhas. Sobre elas, citam-se: a concentração de estudantes em alguns países; a falta de orientação para o envio de relatório técnico; a contemplação de determinadas áreas; a baixa participação da iniciativa privada; a concessão de bolsas ainda que não intencionalmente a estudantes com poder aquisitivo elevado; a falta de atrativos aos pesquisadores estrangeiros, bem como os entraves burocráticos para sua legalização no Brasil; a pequena porcentagem de convalidações das disciplinas cursadas no exterior; a falha no acompanhamento e na avaliação das atividades do bolsista durante a mobilidade; a falta de comunicação entre as instituições de origem e de destino; a avaliação da proficiência linguística, entre outras.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo geral apresentar um breve panorama sobre a internacionalização da educação superior no Brasil, especificamente quanto à mobilidade acadêmica proporcionada pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). No que se refere à análise das informações e dos dados apresentados, verifica-se que o processo de internacionalização da educação pode assumir variados significados, não podendo, assim, limitar seu conceito ao fortalecimento das ações de mobilidade acadêmica internacional.

Considerando que a proposta é muito mais "abrangente que o mero deslocamento de alunos e professores", essa deve estar voltada a melhorar a qualidade da educação e o engajamento de toda a comunidade acadêmica" (DE WIT, 2011 apud OLIVEIRA, 2015, p. 7). Da mesma forma, é inaceitável tratar a internacionalização da educação como um fim em si mesma, pois ela configura-se, na verdade, como "um meio de promover uma integração mais abrangente nos aspectos acadêmico e de conhecimento e inovação, mas principalmente no aprofundamento do intercâmbio lingüístico e cultural" (DE WIT, 2013 apud OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Deste modo, o presente estudo, então, buscou investigar as abordagens presentes em produções científicas acerca do processo de internacionalização da educação superior, bem como apresentar uma síntese sobre o que vem sendo pesquisado e discutido na comunidade acadêmica acerca do referido tema. Para tal, os objetivos específicos estiveram voltados para: a) investigar as abordagens presentes em produções científicas no campo da internacionalização da educação superior; b) apresentar uma síntese sobre o que vem sendo pesquisado nos programas de pós-graduação do Brasil, proble-

matizando a relevância e a atualidade da temática no meio acadêmico; c) identificar perspectivas e enfoques de teses e dissertações publicadas nos programas de pós-graduação do país, especificamente referentes ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF); e d) compreender os limites e as potencialidades das experiências formativas internacionais dos(as) discentes. Nesse sentido, para o alcance de tais objetivos, o percurso metodológico desenvolveu-se por três levantamentos para o embasamento teórico da pesquisa: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e o estado de conhecimento.

Assim, diante do resgate histórico fornecido pelas literaturas e pelos documentos oficiais, foi possível verificar o investimento em políticas públicas e o movimento de cooperação entre os países na direção da redução das assimetrias em relação à oferta de oportunidades de internacionalização da educação. Ao mesmo tempo, possibilitou um maior entendimento acerca da internacionalização da educação superior e da mobilidade acadêmica no país. Nessa direção, constatou-se que, apesar do conceito de internacionalização da educação superior não poder ser reduzido apenas às experiências de mobilidade acadêmica, essa vem sendo a estratégia mais adotada pelas IES para promoção da internacionalização, não só nos programas de pós-graduação, mas, como observado no texto, também nas experiências de internacionalização dos cursos de graduação. Outra importante constatação trazida pelas pesquisas bibliográfica e documental é que, apesar do Brasil ter ampliado significativamente o número de bolsas de mobilidade acadêmica, especialmente via Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), ainda está sendo priorizado apenas o envio de estudantes para países estrangeiros, não dando a devida atenção à mobilidade ativa, ou seja, aquela que prevê que os países também recebam em suas instituições pesquisadores de outras partes do mundo.

A pesquisa de estado de conhecimento foi de suma importância na medida em que permitiu um panorama nacional, de modo a conhecer sobre as principais discussões e problematizações na co-

munidade acadêmica com relação ao tema desta investigação. Ao mesmo tempo, a realização do estado do conhecimento possibilitou averiguar sobre os enfoques e as percepções dos autores com relação ao processo de internacionalização e ao Programa Ciência sem Fronteiras.

Além disso, este estudo também apontou as potencialidades e as fragilidades em relação ao programa. Nessa direção, dentre as principais potencialidades elencadas estão: enriquecimento cultural e do currículo; crescimento pessoal; aperfeiçoamento linguístico; aprimoramento do senso crítico, entre outras. Sobre os desafios, verificou-se: concentração de estudantes em alguns países; falta de orientação para o envio de relatório técnico; contemplação de determinadas áreas; baixa participação da iniciativa privada; concessão de bolsas, ainda que não intencionalmente a estudantes com poder aquisitivo elevado.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de o programa ser estudado em diversas questões e variadas perspectivas, inclusive metodológicas, "para que esse investimento em educação voltado para a inovação tenha o maior número de desdobramentos positivos e o maior alcance possível" (OLIVEIRA, 2015, p. 27), bem como continue sendo referência quando se fala em mobilidade acadêmica no Brasil.

Referências

AVEIRO, Thais Mere Marques. O programa Ciência sem Fronteiras como ferramenta de acesso à mobilidade internacional. **Tear**: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1867>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BARANZELI, Caroline; MOROSINI, Marília. Estado de Conhecimento e Internacionalização da Educação Superior: um levantamento dos trabalhos que abordam a temática da internacionalização em casa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR, 5.; ENCONTRO DE POLÍTICAS E PROCESSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3.; SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 11. 2017. **Anais** [...]. Santa Maria, RS: UFSM, 2017. p. 1681-1695. Disponível em: http://coral.ufsm.br/seminariopoliticasegestao/2017/wp-content/uploads/2018/03/ANAIS_2017-COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. Mobilidade acadêmica e engagement estudantil como estratégia de internacionalização. In: MOROSINI, Marília (org.). **Guia para a Internacionalização Universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 167-184.

BRASIL. Ministério da Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A Internacionalização na Universidade Brasileira**: Resultados do Questionário Aplicado pela Capes. Brasília, DF: CAPES, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/80693767-A-internacionalizacao-na-universidade-brasileira-resultados-do-questionario-aplicado-pela-capes.html>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Manual de Candidatura Programa de Graduação Sanduiche**. Brasília, DF, abr. 2015. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2786a5fd-93e2-4eff-a069-a2448fc5e-d11&groupId=214072. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Ciência sem Fronteiras. **Objetivos**. 2019. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>. Acesso em: 29 set. 2019.

CASTRO, Alda Araújo; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, [S. l.], v. 21, n. 21, p. 69-96, 2012. Disponível em: <https://revistas.ulusofofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>. Acesso em: 15 nov. 2019.

FERNANDES, Christiane Caetano Martins; D'ÁVILA, Jorge Luis. O Estado do Conhecimento sobre a prática da pesquisa como instrumento pedagógico na educação básica: as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 21/22, n. 42/44, p. 181-201, 2015-2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/3377>. Acesso em: 28 nov. 2019.

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. Reflexões (ainda) necessárias acerca da mobilidade estudantil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 8., 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/63997>. Acesso em: 26 out. 2019.

LOMBAS, Maria Luiza de Santana. A mobilidade internacional acadêmica: características dos percursos de pesquisadores brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 308-333, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222017000100308&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 dez. 2019.

LUNA, José Marcelo Freitas de; SEHNE, Paulo Roberto. Erasmus e Ciência sem Fronteiras: considerações iniciais sobre mobilidade estudantil e política linguística. **RBPAE**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 445-462, set./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/47215>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MARTINS, Raphael. O corte do Ciência Sem Fronteiras em números. **Exame**, 8 ago. 2016. Brasil. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-corte-do-ciencia-sem-fronteiras-em-numeros>. Acesso em: 16 jan. 2020.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602006000200008-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 out. 2019.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 9 dez. 2019.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o "estado do conhecimento" em relações étnico-raciais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 164-183, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742015000300164-&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jun. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas de; FREITAS, Maria Ester de. Motivações para mobilidade acadêmica internacional: a visão de alunos e professores universitários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 217-246, jul./set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982016000300217-&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 21 out. 2019.

OLIVEIRA, Juliana Santini de. **A Internacionalização da Educação Superior nas Relações Internacionais do Brasil**: O Caso do Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, 2015. 38 f. Dissertação (Especialização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11450/1/2015_JulianaSantinodeOliveira.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

PINHO, Maria de Fátima D. A. A orientação escolar e profissional numa dimensão europeia. **Millenium**, Viseu, n. 5, jan. 1997. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/689>. Acesso em: 06 jan. 2020.

RAMOS, Milena Yumi. Internacionalização da pós-graduação no Brasil: lógica e mecanismos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e161579, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-970220170005006102&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 9 dez. 2019

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília: UNESCO; CNE; MEC, 2012. 164 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000218964>. Acesso em: 8 dez. 2019.

VITÓRIA, Maria Inês *et al.* Engajamento acadêmico: desafios para a permanência do estudante na Educação Superior. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 262-269, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/27960>. Acesso em: 20 jan. 2020.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle. Estratégias para um modelo integral de internacionalização. *In*: MOROSINI, Marília (org.). **Guia para a Internacionalização Universitária**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2019.

Paula Salete Zago

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Erechim, RS, Brasil. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PROBIC/PROBITI FAPERGS.

Zoraia Aguiar Bittencourt

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; licenciada em Letras pela Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA), em Porto Alegre, RS, Brasil. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa UNIVERSITAS/RIES. Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Erechim, RS, Brasil, no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPPE), no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Endereço para correspondência

Paula Salete Zago
Zoraia Aguiar Bittencourt
Universidade Federal da Fronteira Sul
RS-135, 200
Zona Rural, 99700-000
Erechim, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.